

**NOTA - NOTE - NOTA****Posicionamento do Fórum de Editores de Saúde Coletiva da ABRASCO sobre publicação científica e ineditismo frente à política de repositórios institucionais**

Position of the ABRASCO Forum of Public Health Editors on scientific publication and originality in relation to the policy of institutional repositories

Posición del Foro de Editores de Salud Pública de ABRASCO sobre la publicación científica y la originalidad en relación con la política de repositorios institucionales

Angélica Ferreira Fonseca<sup>1</sup>, Bárbara Bulhões<sup>1</sup>, Maria Lucia F. Rizzotto<sup>2</sup>, Kizi Mendonça de Araújo<sup>3</sup>, Maria Elisa Silveira<sup>3</sup>, Antonio Pithon Cyrino<sup>4</sup>, Denise Martin<sup>4</sup>, Lília B. Schraiber<sup>4</sup>, Rosana Onocko-Campos<sup>4</sup>, Luciana Dias de Lima<sup>5</sup>, Marília Sá Carvalho<sup>5</sup>, Luciana C. Alves<sup>5</sup>, Walter F. Oliveira<sup>6</sup>, Leidy D. P. Abreu<sup>7</sup>, Sandra Mara C. Alves<sup>8</sup>, Guilherme L. Werneck<sup>9</sup>, Jackeline C. P. Lobato<sup>9</sup>, Jaqueline T. Ferreira<sup>9</sup>, Maria Cecília S. Minayo<sup>10</sup>, Romeu Gomes<sup>10</sup>, Antônio A. M. Silva<sup>10</sup>, Antonio F. Boing<sup>11</sup>, Cassia M. Buchalla<sup>11</sup>, Juraci Almeida Cesar<sup>11</sup>, Jane A. Russo<sup>12</sup>, Martinho B. Silva<sup>12</sup>, Christovam Barcellos<sup>13</sup>, Kizi M. Araújo<sup>13</sup>, Maria Elisa Silveira<sup>13</sup>, Ada Ávila Assunção<sup>14</sup>, Eduardo Algranti<sup>14</sup>, Leila P. Garcia<sup>14</sup>, Ana M. B. Almeida<sup>15</sup>, Maria Teresa B. Teixeira<sup>16</sup>, Thereza Christina B. Coelho<sup>17</sup>, Clara A. P. Salabria<sup>17</sup>, Alexandre D. P. Chiavegatto Filho<sup>18</sup>, João Luiz Bastos<sup>18</sup>, Paula S. Silva<sup>19</sup>, Jorge O. Barreto<sup>20</sup>, Fernanda E. S. Sagica<sup>21</sup>, Isabella M. A. Mateus<sup>21</sup>, Tatyellen N. Oliveira<sup>21</sup>, Aurea Maria Z. Ianni<sup>22</sup>, Carinne Magnago<sup>22</sup>, Ivia Maksud<sup>22</sup>, José Miguel N. Olivar<sup>22</sup>, Maria Helena S. Villas Bôas<sup>23</sup>, Isabella F. Delgado<sup>23</sup>, Josino C. Moreira<sup>23</sup>

- 1 - Trabalho, Educação e Saúde
- 2 - Saúde em Debate
- 3 - Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde
- 4 - Interface – Comunicação, Saúde, Educação
- 5 - Cadernos de Saúde Pública
- 6 - Cadernos Brasileiros de Saúde Mental
- 7 - Cadernos ESP
- 8 - Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário
- 9 - Cadernos Saúde Coletiva
- 10 - Ciência & Saúde Coletiva
- 11 - Epidemio – Revista Brasileira de Epidemiologia
- 12 - Physis – Revista de Saúde Coletiva
- 13 - Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde
- 14 - Revista Brasileira de Saúde Ocupacional
- 15 - Revista Brasileira em Promoção da Saúde
- 16 - Revista de Atenção Primária à Saúde
- 17 - Revista de Saúde Coletiva da UEFS
- 18 - Revista de Saúde Pública
- 19 - Revista de Saúde Pública de Santa Catarina
- 20 - Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde
- 21 - Revista Pan-Amazônica de Saúde
- 22 - Saúde e Sociedade
- 23 - Visa em Debate

**Histórico do Artigo**

Recebido 16 Dezembro 2025  
Aprovado 16 Dezembro 2025

**Correspondência**

Angélica Ferreira Fonseca  
Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica  
de Saúde Joaquim Venâncio  
Av. Brasil, 4365, Manguinhos  
CEP: 21040-360, Rio de Janeiro-RJ.  
E-mail: angelica.fonseca@fiocruz.br

**Como citar**

Fonseca AF, Bulhões B, Rizzotto MLFR, Araújo KM, Silveira ME, Cyrino AP et al. Posicionamento do Fórum de Editores de Saúde Coletiva da ABRASCO sobre publicação científica e ineditismo frente à política de repositórios institucionais. Rev. Saúde Col. UEFS 2025; 15(3):e12485.



O exercício de boas práticas editoriais impõe às editorias científicas a responsabilidade ética de publicar textos inéditos, assegurando a originalidade e a integridade acadêmica. O ineditismo refere-se à condição de um trabalho ainda não divulgado e tem promovido a adoção de critérios para coibir a publicação redundante, prática que compromete a credibilidade da ciência.

No entanto, a forma como as equipes editoriais aplicam o critério de ineditismo tem levado à recusa de artigos derivados de teses e dissertações disponíveis em repositórios institucionais, caracterizando-os como autoplágio. Esse tem sido um problema discutido em programas e em fóruns de coordenadores de pós-graduação, sem um questionamento acerca do critério de similaridade adotado pelos periódicos. As repercussões concretas dessa postura demandam urgente reflexão e posicionamento.

Os repositórios foram criados para disponibilizar para a própria instituição e para toda a sociedade a produção intelectual de um determinado órgão. Servem para registrar, preservar e disseminar de forma ampla e em Acesso Aberto essa produção materializada em tipologias documentais variadas (Freitas e Leite, 2019). Acrescentar barreiras ao conteúdo integral de teses e dissertações é interferir de forma incoerente e retrógrada em políticas de informação e de memória institucional para a difusão do conhecimento científico; é distanciar-se dos princípios e das ações concretas que defendem que o conhecimento é um bem público, que deve estar disponível para a sociedade.

Logo, é do entendimento da Abrasco, através do Fórum de Editores de Saúde Coletiva, que rejeitar artigos com base em similaridade textual com teses e dissertações disponibilizadas em repositórios institucionais enfraquece a política de Acesso Aberto, além de retardar a divulgação de pesquisas, em grande parte financiadas com recursos públicos, que poderiam contribuir para o enfrentamento de problemas sociais, econômicos e culturais – especialmente em países periféricos.

Frente ao significado social que as políticas de informação e de Acesso Aberto que os repositórios institucionais instrumentalizam, cabe indagar: o que estudantes, professores, pesquisadores, profissionais de informação, gestores e a sociedade, em geral, ganhariam com isso?

A rejeição de artigos derivados de teses e dissertações disponíveis em repositórios contrasta com a dinâmica atual da comunicação científica que estimula a disponibilização dos manuscritos como *preprints* (versões prévias de artigos divulgadas antes da avaliação por pares) e com a estruturação de teses e dissertações sob a forma de artigos.

Essa postura restritiva impulsiona a busca por periódicos de fluxo acelerado, que não realizam a avaliação da qualidade dos textos por especialistas (pares), – muitos deles predatórios –, e com altos custos financeiros para os autores e instituições. Além disso, a prática de embargar teses e dissertações até a publicação de artigos desconsidera a natureza distinta e as formas de circulação dessas tipologias documentais: um artigo não inviabiliza a circulação de uma

dissertação, e vice-versa, nem diminui a sua relevância. Nesse sentido, corrobora-se a convivência da diversidade de documentos e formas de representação descritiva e temática do conhecimento científico (Costa e Leite, 2010).

O nosso compromisso como editores científicos com a transparência e com o acesso público e irrestrito ao conhecimento implicado no depósito de teses e dissertações em repositórios institucionais deve nos levar a compor outras medidas. Os periódicos podem e devem:

- incentivar os autores a declararem as teses e dissertações que deram origem ao artigo, assegurando transparência e facilitando o acesso ao contexto integral da pesquisa;
- adotar critérios de ineditismo reconhecendo que a disponibilidade integral de teses e dissertações em repositórios não anula o valor acadêmico de um artigo derivado;
- e alinhar-se às práticas de ciência aberta e acesso aberto, rejeitando medidas que enfraqueçam os repositórios ou favoreçam modelos excludentes de publicação, como os periódicos predatórios.

Diante desses argumentos, o Fórum de Editores de Saúde Coletiva, posiciona-se contrariamente às práticas editoriais que acarretam barreiras ao depósito de produções acadêmicas em repositórios institucionais, pois elas comprometem a democratização do conhecimento, incentivam periódicos predatórios e contradizem os princípios da ciência aberta. Defendemos que a disseminação livre de teses e de dissertações – longe de ser um obstáculo – é parte essencial das melhores práticas de pesquisa, ensino e impacto social da ciência, bases que fundamentam a comunicação científica.

Por fim, os periódicos associados ao Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco, em consonância com as recomendações apresentadas, comprometem-se a incorporá-las em suas políticas e práticas editoriais.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2025.

Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco

## REFERÊNCIAS

Costa SM, Leite FCL. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: Sayão LF et al. Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA; 2010. p. 163-202. [acesso em: 12 junho 2025]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5470/1/Costa%20%26%20Leite%202010.pdf>.

Freitas MA, Leite FCL. The perception of Brazilian researchers on the deposit of scientific production in open access institutional repositories. *Rev. Interam. Bibliotec. Medellín* 2019; 42(2):159-173.